EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

LICITAÇÃO COM TRATAMENTO FAVORECIDO E DIFERENCIADO PARA ME/EPP/MEI (MPE's)

Código registro TCE:

MUNICÍPIO DE MAREMA, Estado de Santa Catarina, por intermédio do setor de Compras e Licitações, realizará a Licitação, na Modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei complementar 123 de 2006 e suas alterações, e Decreto Municipal 188/2021, artigo 20, inciso I e II, que regulamenta o tratamento diferenciado para empresa enquadradas como MPEs, sob as condições estabelecidas neste ato convocatório e anexos.

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeiro **Vanderlei A Calderan** e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto nº 01/2026, de acordo com condições estabelecidas pelo presente Edital, mediante apresentação de Propostas de Preço e Documentos de Habilitação no endereço Rua José Gaspari, 69, centro, Marema, Departamento de Licitações.

O recebimento dos envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação se dará na data de **12 de agosto de 2026, até às 08h30min** e abertura dos envelopes de propostas e habilitação **no mesmo dia às 8h45min,** na sala de reuniões do Departamento de Licitações, no endereço Rua José Gaspari, n° 69, centro no Município de Marema/SC.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 (artigos 42 a 49), no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021

1. DO OBJETO.

1.1 **O objeto da presente licitação é o registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, tintas e ferragem para manutenção e conservação de prédios e espaços públicos do Município de Marema, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

1.2 A licitação será dividida em **LOTES,** conforme tabela constante no Anexo I – Lista de Itens da Licitação, a qual contém os descritivos, quantitativos e valores referenciais, facultando-se ao licitante a participação em quantos LOTES forem de seu interesse.

1.3 **O critério de julgamento adotado será o menor preço por LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 A participação de licitante no certame implicará automaticamente com a concordância de todas as condições estabelecidas neste edital

2. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL.

2.1 Os **esclarecimentos e impugnações** deverão ser formalizados por meio de requerimento endereçado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, devendo ser protocolado **no prazo de até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimento das propostas, podendo fazê-lo diretamente no Departamento de Licitações no endereço citado no preambulo ou através do endereço eletrônico licitacao@marema.sc.gov.br.

2.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na página eletrônica do Município de Marema no link da licitação no endereço www.marema.sc.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

2.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas na página eletrônica do Município de Marema www.marema.sc.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

2.7 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que comprovem o atendimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital.

3.2. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

3.2.1. Agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

3.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados,

sendo que se equiparam aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta. Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
3.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si;

3.2.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. Licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.2.9. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.10. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão

ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

3.2.11. Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.3. Os impedimentos, acaso existentes, deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme a legislação vigente.

3.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

4. DO CREDENCIAMENTO.

4.1. No dia, hora e local estipulados no preâmbulo deste edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

4.2. Na sessão pública para abertura dos documentos, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame, sendo efetuada, as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, os quais deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes.

4.3. O representante da licitante deverá apresentar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de:

a) **Cédula de identidade ou outro documento com foto**;

b) **Documentação para credenciamento**, conforme modelo do Anexo V ou procuração devidamente assinada pelo Representante legal da proponente;

b.1 Se o representante for sócio, proprietário ou dirigente da empresa, fica dispensada a apresentação da carta de credenciamento.

c) **Ato constitutivo**, Estatuto ou Contrato Social **e última alteração (ou consolidado)**, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores**;**

c.1 ***Na apresentação do contrato social no credenciamento, fica dispensada na Habilitação;***

d) **Declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação**, conforme o modelo do Anexo III.

e) **consulta consolidada de Pessoa Jurídica do Portal de busca do TCU**, comprovando não estar impedida de contratar com a Administração Pública, obtida no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
e.1) Não sendo apresentado o espelho da consulta, fica condicionada a verificação pelo pregoeiro no ato do recebimento dos envelopes e credenciamento.

4.4. **As microempresas e empresas de pequeno porte para se beneficiarem da Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela lei 147/2014, deverão apresentar juntamente com o Credenciamento (fora dos envelopes):**

4.4.1. **Certidão Simplificada**, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da abertura das propostas, comprovando o enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, **emitida pela Junta Comercial** da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n° 103/2007.
4.4.2. **Declaração de enquadramento (porte da empresa**), conforme modelo sugestivo constante no anexo VI

4.5. **Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser protocolados junto dos envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação**;

4.6. A não apresentação do credenciamento, a incorreção do documento credencial ou ausência do representante, não implicará na exclusão da proposta no certame. Contudo, não serão aceitos lances verbais e nem manifestação em nome da licitante neste ato.

4.7. Os documentos devem ser apresentados em cópia, acompanhados de documentos originais para conferencia da sua veracidade ou de assinaturas, no ato da sessão, ou autenticados em cartório.

4.8. **As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes**, sem que se efetive o devido credenciamento de representante, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, não tendo direito ou acesso aos lances verbais, **sendo que deverão enviar o Contrato Social e as declarações que cumprem com os requisitos de habilitação fora dos envelopes, ou em envelope separado da Habilitação e Proposta.**

5. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES:
5.1. Envelopes “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, no setor de protocolo ou na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

Prefeitura Municipal de Marema
Rua Jose Gaspari, 69 - Centro.
Sala de reuniões do Departamento de Compras

Entrega de envelopes.
Data: 12/08/2026, até às 08h30min.
Abertura dos envelopes
Data: 12/08/2026, até às 08h45min.

5.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Marema
Processo Licitatório n° 88/2026
Pregão Presencial nº 21/2026
Envelope N. 001 - PROPOSTA DE PREÇOS
Razão Social da Proponente
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Telefone:

Prefeitura Municipal de Marema
Processo Licitatório n° 88/2026
Pregão Presencial nº 21/2026
Envelope N. 002 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Razão Social da Proponente
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Telefone:

5.3. A Prefeitura Municipal de Marema, através do Departamento de Compras e Licitações, somente considerará os envelopes de “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” que forem entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definido neste edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO (envelope n° 01).

6.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas impressa, em uma via, preferencialmente com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, e deverão constar:

a) Razão social e CNPJ da proponente, endereço, telefone, e-mail e dados bancários;
b) Número deste pregão;
c) Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura;
d) Local e Data;
e) Número do item, quantidade estimada, unidade de medida, especificação do item de acordo com o disposto no Termo de Referência, Anexo I deste edital, marca e modelo (quando for o caso) dos itens, preço unitário e preço total do item;
f) A proposta de preço poderá ser preenchida, conforme modelo disponível no Anexo III, podendo a proponente utilizar-se de documento próprio, desde que contenha todas as informações.
g) Para fins de agilidade na importação dos dados da proposta de preço, recomenda-se o fornecimento do arquivo digital em dispositivo USB (*Pen drive ou similar*), no formato “. COT”, extraído do sistema Betha Compras

6.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, **com no máximo DUAS casas decimais à direita da vírgula**, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária

6.3. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

6.4. **Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas**, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

6.5. Não será aceita proposta que esteja em desacordo com as especificações aqui exigidas.

6.6. As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá, salvo nos casos em que houver propostas digitadas no Sistema de Leitor de Edital, proposta esta que prevalecerá em todos os casos;

b) Nos casos em que houver uma discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

6.7. Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital e será dividida em duas etapas:

I - A etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, oferta de lances verbais das licitantes classificadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor;

II - A etapa de habilitação, declaração do licitante vencedor e adjudicação, que compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados pelo licitante vencedor, conforme prazo definido no item 7 deste edital.

7.2 Aberta a sessão pública do Pregão, com a conferência dos documentos de CREDENCIAMENTO dos representantes das empresas interessadas, e os envelopes PROPOSTA DE PREÇO e DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.

7.3 Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.4 Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da equipe de apoio, pregoeiro e demais participantes.

7.5 Em prosseguimento, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇO), e seus conteúdos analisados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.

7.6 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, ou que conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.6.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.7.1 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.8 O presente Pregão adotará o **modo de disputa aberto**. Serão classificadas para a etapa de lances todas as licitantes que apresentarem propostas em conformidade com as exigências deste Edital e com valor igual ou inferior ao preço máximo admitido para a contratação.

7.8.1 Todas as propostas classificadas na forma do subitem anterior estarão aptas a participar da etapa de lances, independentemente da diferença percentual entre os valores ofertados.

7.9 Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances verbais de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.10 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances que será fixada a critério exclusivo do Pregoeiro e que não poderá ser superior a 0,5% (meio ponto percentual) do valor unitário do item.

7.11 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

7.12 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.13 Encerrada etapa de lances, será verificada a existência de empresas na condição de microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

a) Caso a empresa melhor classificada, desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as empresas sediadas local ou regionalmente, que se encontrem no intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, sendo declarada como vencedora. **(Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço).**

b) Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente.

7.14 Serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.15 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.16 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.16.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.17 Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão do Pregão.

7.18 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão referencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance), conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
b) Empresas brasileiras;
c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.

7.20 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.21 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.21.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
b) Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.22 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

7.23 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.23.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.24 Considerada aceitável a oferta de menor preço e declarada a vencedora do lance, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente vencedor.

7.25 Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação dentro do prazo previsto ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitados.

7.26 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos no item 7 deste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.27 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) Substituição e apresentação de documentos desde imediatamente no momento do certame nas condições exigidas no edital, ou
b) Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.27.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, o qual será verificado a veracidade posteriormente pelo pregoeiro.

7.28 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

7.29 Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.
7.30 Em seguida, abrirá os envelopes n. 02 das licitantes que aceitaram e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições contidas no item 8. As habilitadas serão incluídas na ata do pregão presencial como habilitadas.

7.31 Da sessão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

8. DA HABILITAÇÃO (envelope n 02)

8.1. Os licitantes classificados e declarados vencedores na etapa de Proposta de Preço, deverá comprovar a sua habilitação, apresentando os documentos listado a seguir, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas, por representante legal da licitante ou preposto.

8.1.1. Serão conferidos apenas os documentos de habilitação da licitante declara arrematante do item/lote.

8.2 As licitantes que, por sua natureza ou por força de lei, estiverem dispensadas da apresentação de determinados documentos de habilitação, deverão apresentar declaração identificado à situação e citando os dispositivos legais pertinentes.

8.3 **Para comprovação da habilitação jurídica:**

a) **Registro empresarial na Junta Comercial**, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
b) **Certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI**;
c) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690, de 19 de julho de 2012;
d) **Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores**, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
e) **Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas** tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
f) **Decreto de autorização,** tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Parágrafo primeiro: As sociedades simples que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses.

Parágrafo segundo: Caso a licitante tenha apresentado Ato Constitutivo/Contrato Social no ato do credenciamento, fica isento de apresenta-lo novamente na fase de habilitação.

8.4 **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);
b) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
c) **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);
d) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
e) **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
f) **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

g) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5 **Habilitação Econômico-Financeira**.

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.6 **Qualificação Técnica.**

a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

8.7 **Declarações:**

a) **Declaração conjunta**, atestando o cumprimento de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, que atende as condições inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, conforme (Modelo do Anexo IV)

b) **Declaração que atende a todas as condições** constantes no edital, inclusive quanto ao comprometimento de entrega no material no prazo estabelecido no **item 5.2 do Termo de Referência.**

8.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, não impede que esta seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, inclusive da apresentação do documento, mesmo em caso deste estar irregular, sendo-lhe concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.9 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.10 Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é

público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida na Lei 14.133/2021.

8.11 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos,** contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

8.12 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em **original** ou por qualquer processo de **cópia**. Os documentos apresentados por processo de cópia, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, terão sua aceitação condicionada à verificação da veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor ou por comparação de assinaturas, nos termos da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

8.13 Os documentos impressos contendo assinaturas eletrônicas, produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória Nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel, ficando sob condição de verificação e consulta da sua veracidade da certificação eletrônica junto ao portal/sistema de assinatura.

8.14 As Provas de Regularidades Fiscais e Trabalhistas solicitadas no subitem 8.4. deverão ser apresentadas através de Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeito de Negativas, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

8.15 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

8.15.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.15.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

8.15.3 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.15.4 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

8.16 As licitantes poderão substituir os documentos referidos no item 8.4, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pelo Município de Marema, desde que tais documentos constem mencionado no CRC.

8.16.1 A condição de validade do **Certificado de Registro Cadastral** apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município,

inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência**.**
8.16.2 Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 7.4, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope n. 02 – DOCUMENTAÇÃO.

8.17 Da sessão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

9. DOS RECURSOS.

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
9.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.3.5 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10(dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.9 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Marema, no Departamento de Licitações.

9.10 Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas às petições de contrarrazões intempestivamente apresentadas.

9.11 Improvidos os recursos, o Prefeito Municipal de Marema/SC fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante declarado vencedor, homologará a licitação e decidirá quanto à contratação.

10. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

10.3 O motivo determinante para a revogação do processo de contratação deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

10.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1 Após a homologação o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preço, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1(uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.3 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preço no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.4 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 6.4 deste edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.5 A ata de registro de preços será formalizada, com observância dos artigos 82 a 86 da Lei 14.133/21 e será subscrita pela autoridade competente.

11.6 Será registrado o menor preço por item.

11.7 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço, no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

11.8 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento do registro de preços da **DETENTORA DA ATA**, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

11.8.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.8.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

11.8.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.9 O descumprimento, por parte da **DETENTORA DA ATA**, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a esta Administração direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

11.10 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a **DETENTORA DA ATA** à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da **DETENTORA DA ATA**, independentemente de outras penalidades.

11.11 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

11.12 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a **DETENTORA DA ATA** às sanções administrativas pertinentes.

11.13 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, esta Administração poderá aplicar à **DETENTORA DA ATA** outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

11.14 Também poderá ocorrer o cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata a saber:

11.14.1 Por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;
11.14.2 A pedido do fornecedor.

11.15 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação.

11.16 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

11.17 O pedido devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço deverá ser endereçado ao Gestor da Ata ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

11.18 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

11.19 Na hipótese de a **DETENTORA DA ATA** solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

11.20 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

11.21 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

11.22 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

11.22.1 Os valores registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses**, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d;

11.22.2 Transcorrido o prazo de **12 (doze) meses**, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC.

11.22.3 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

11.23 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **mas não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.24 A contratação do objeto licitado será efetivada mediante o envio das Ordens de compra aos fornecedores devidamente registrados.

11.25 Poderão ser emitidos contratos administrativos decorrentes da ata de registro de preços terão sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei 14.133/2021.

11.26 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços – SRP poderão ser alterados, observados o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços - ARP será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura, com eficácia a partir da publicação de seu extrato, e poderá ser prorrogado nos termos do Art. 84 da Lei 14133/2021, em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas poderão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas, nos termos do Prejulgado nº 2526 do TCE-SC, e decreto municipal nº 186/2025.

13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

13.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

13.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

13.2. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

13.2.1. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidades pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito para faltas leves;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1.1. **Das multas:**

14.1.1.1. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

14.1.1.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

14.1.1.3. O atraso injustificado na entrega dos materiais, sem prejuízo do disposto no **item 14 deste edital**, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;
b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem "a)".
c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 15.1.1.1. cumulativamente a este.
d) O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no **subitem "a)"**, considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

14.1.1.4. **As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.**

14.1.2. **Do impedimento de licitar e contratar:**

14.1.2.1. Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
b) Dar causa a inexecução total do contrato;
c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
d) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
e) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
f) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
g) Apresentar declaração ou documentação falsa;
h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.3. **Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:**

14.1.3.1. Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. **A sanção estabelecida no item 15.1.3. Será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas nos § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.**

14.3. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

15. DO PAGAMENTO.

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. **A nota fiscal deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem a sua regularidade fiscal.**

15.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Os pagamentos realizados serão efetuados em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, devendo a **DETENTORA/CONTRATADA** observar as seguintes condições:

a) Os documentos fiscais, notas fiscais, faturas ou recibos deverão ser emitidos com observância às regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.
b) A **DETENTORA/CONTRATADA** deverá indicar no campo "observação" do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal;

PARAGRAFO ÚNICO – Na ausência de informações sobre a condição de imunidade, isenção e/ou dispensa de que trata o "item b" o pagamento será processado observando-se as regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012.

15.9. A Prefeitura Municipal de Marema **terá o prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal para **aceitá-lo ou rejeitá-lo**.
15.10. O documento fiscal não aprovado pelo Município de Marema será devolvido à **DETENTORA/CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se **o prazo estabelecido no item 15.9**, a partir da data de sua reapresentação.

15.11. Devolução do documento fiscal não aprovado pela Prefeitura Municipal de Marema em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda os fornecimentos.

15.12. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão **de 0,5% (meio por cento)** ao mês, calculados proporcional ao tempo em relação ao atraso verificado.

16. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
18.1 As PARTES reconhecem que a DETENTORA DA ATA realizará o tratamento de dados pessoais no contexto da prestação dos serviços contratados no contrato principal. Nestas atividades de tratamento, as PARTES reconhecem e acordam que o ORGÃO GERENCIADOR é a Controladora dos dados pessoais, enquanto a CONTRATADA é a Operadora dos dados pessoais.
18.2 A DETENTORA DA ATA tratará os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções lícitas do ORGÃO GERENCIADOR nos termos deste edital ou para cumprir com a legislação aplicável.
18.3 O ORGÃO GERENCIADOR garante que o tratamento dos dados pessoais pela DETENTORA DA ATA de acordo com as instruções do ORGÃO GERENCIADOR não fará com que a DETENTORA DA ATA viole qualquer lei ou regulamento, incluindo, mas se limitando, a LGPD.

18.4. A DETENTORA DA ATA irá cessar o tratamento dos dados pessoais e notificará imediatamente o ORGÃO GERENCIADOR por escrito, a menos que seja proibida de fazê-lo, se tomar conhecimento ou acreditar que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viola a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.
18.5 A DETENTORA DA ATA tratará os dados pessoais necessários para a entrega dos itens, nos termos deste edital.
18.6 A DETENTORA DA ATA tratará os dados pessoais em conformidade com este edital e para:
18.7 Entregar os itens contratados pelo ORGÃO GERENCIADOR no contrato principal, de acordo com as especificações e limitações ali previstas;
18.8 Atender a quaisquer outras instruções ou solicitações enviadas pelo ORGÃO GERENCIADOR que sejam consistentes com os termos do presente edital e da minuta contratual;
18.9 Cumprir qualquer lei ou regulamento aplicável.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata.

17.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.10. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

17.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.12. Os proponentes intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento dos licitantes, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.14.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.16. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.17. Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

17.18. O Município de Marema, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

17.18.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

17.18.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.19. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **www.marema.sc.gov.br.com.br**, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua José Gaspari, nº 69, centro no Município de Marema, nos dias úteis, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.
17.21. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Xaxim/SC.

17.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITACAO
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;
ANEXO V – MODELO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL
ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

Marema/SC, 28 de julho de 2026

MAURI DAL BELLO:77411650978

Assinado de forma digital por MAURI DAL BELLO:77411650978
Dados: 2026.07.31 16:10:09 -03'00'

Mauri Dal Bello
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1 Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção, tintas e ferragem para manutenção e conservação de prédios e espaços públicos do Município de Marema, conforme condições, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Os descritivos dos materiais, estimativa de quantidades e valores referenciais estão dispostos na Relação de Itens da Licitação, anexo II deste Edital.

1.3 Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo nº 88/2026.

1.4 O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de aquisição de materiais de construção destinados à execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação, reforma, ampliação e adequação de imóveis, vias, espaços públicos e demais estruturas sob responsabilidade do Município.

As diversas Secretarias Municipais demandam, de forma recorrente, materiais para a realização de reparos prediais, intervenções emergenciais, melhorias em instalações públicas, adequações de acessibilidade e segurança, bem como para a conservação da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços públicos. A ausência desses materiais poderá ocasionar atrasos na execução dos serviços, agravamento de danos existentes, comprometimento das condições de uso dos espaços públicos e aumento dos custos de manutenção.

A contratação permitirá que a Administração atenda às demandas conforme sua efetiva necessidade, de forma planejada, célere e eficiente, assegurando maior capacidade de resposta diante de ocorrências imprevistas e evitando a interrupção ou o comprometimento das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

A realização periódica de manutenções e reparos também contribui para a preservação do patrimônio público, o prolongamento da vida útil das edificações e estruturas municipais e a prevenção de intervenções futuras mais complexas e onerosas, promovendo maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento adequado e regular de materiais de construção necessários à manutenção, conservação e melhoria dos bens e espaços públicos municipais, garantindo condições apropriadas de segurança, funcionalidade, acessibilidade e continuidade dos serviços prestados à população.

3. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO DA FORMA PRESENCIAL

Considerando que o Município de Marema possui população inferior a 20.000 habitantes, aplica-se o período de transição previsto no art. 176, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece prazo diferenciado para o cumprimento da obrigatoriedade de realização das licitações sob a forma eletrônica.

A opção pela realização do pregão na forma presencial também considera as características do objeto, composto por quantidade significativa e diversificada de materiais de construção, com especificações, unidades de fornecimento e condições de entrega distintas, circunstâncias que demandam maior interação entre o Pregoeiro e os participantes durante a sessão, especialmente para esclarecimentos, correção de inconsistências formais, negociação dos valores e adequada compreensão das condições de fornecimento.

Considera-se, ainda, a realidade do mercado fornecedor regional, constituído predominantemente por microempresas e empresas de pequeno porte que comercializam os materiais objeto da contratação, sendo a forma presencial, no caso concreto, apta a estimular sua efetiva participação, desde que preservada a ampla competitividade e vedada qualquer restrição territorial à participação de fornecedores interessados.

A adoção da forma presencial não prejudicará a publicidade nem a competitividade do certame, uma vez que o edital será amplamente divulgado nos meios legalmente exigidos, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, permitindo a participação de empresas de qualquer localidade que atendam às condições estabelecidas.

Dessa forma, entende-se que a realização do pregão presencial apresenta-se adequada à realidade administrativa e mercadológica do Município, favorecendo a condução segura do procedimento, a resolução imediata de eventuais dúvidas, a negociação direta das propostas e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Em atendimento ao art. 17, §§ 2º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a sessão pública será registrada em ata, gravada em áudio e vídeo e, após seu encerramento, a respectiva gravação será juntada aos autos do processo licitatório

4. DA DESCRIÇÃO, QUANTITATIVO, UNIDADE.

4.1 Os materiais têm suas especificações, unidades e valores unitários máximos no escopo da tabela abaixo.

LOTE 1					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
1	Abraçadeira tipo u 20mm 1/2 polegada	Und	50	0,64	32,00
2	Abraçadeira tipo u 25mm 3/4 polegada	Und	50	0,70	35,00

LOTE 2					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
3	Adaptador para torneira 1/2" x engate rápido	Und	50	6,58	329,00
4	Adaptador para torneira 3/4" x engate rápido	Und	50	8,00	400,00

LOTE 3					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
5	Adesivo plástico para tubos e conexões de PVC rígido, bisnaga com 75 g.	Und	20	7,93	158,60
6	Adesivo Plástico, tubo 175 gramas com pincel	Und	20	21,28	425,60
7	Fita Veda Rosca 18mmX10m	Und	50	4,19	209,50

LOTE 4					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
8	Aditivo liquido plastificante para argamessas de assentamento e reboco convencional, embalagem de 5 litros.	Und	25	54,50	1.362,50
9	Aditivo liquido plastificante para argamessas de assentamento e reboco convencional, embalagem de 1 litro.	Und	50	24,88	1.244,00

LOTE 5					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
10	Anel de cera para vedação de vaso sanitário	Und	50	13,67	683,50
11	Anel de silicone para vedação de vaso sanitário	Und	50	14,12	706,00
12	Espude para ligação de vaso sanitário convencional (válvula)	Und	50	7,73	386,50

LOTE 6					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
13	Arame galvanizado, 2,11mm	kg	10	23,30	233,00
14	Arame Recozido, bitola 10 BWG. – 3,40mm.NBR 5589/82	kg	10	14,70	147,00

LOTE 7					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
15	Areia artificial (pó de brita) o material deverá estar livre de impurezas, tais como pedras, tocos, folhas, matéria orgânica, graxa, óleo e quaisquer outros tipos de impurezas que comprometam a qualidade do material entregue, e, estar de acordo com as normas técnicas da abnt em vigor.	m³	70	181,33	12.693,10
16	Areia fina lavada de 1° qualidade. o material deverá estar livre de impurezas, tais como pedras, tocos, folhas, matéria orgânica, graxa, óleo e quaisquer outros tipos de impurezas que	m³	80	263,33	21.066,40

	comprometam a qualidade do material entregue, e, estar de acordo com as normas técnicas da abnt/nbr 7214/2012.				
17	Areia média lavada de 1° qualidade. o material deverá estar livre de impurezas, tais como pedras, tocos, folhas, matéria orgânica, graxa, óleo e quaisquer outros tipos de impurezas que comprometam a qualidade do material entregue, e, estar de acordo com as normas técnicas da abnt/nbr 7214/2012.	m³	80	245,63	19.650,40

LOTE 8					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
18	Argamassa colante industrial para assentamento de placas ceramicas, tipo AC - I, sacos de 20 kg	sac	50	16,69	834,50
19	Argamassa colante industrial para assentamento de placas ceramicas, tipo AC - II, sacos de 20 kg	sac	100	27,36	2.736,00
20	Argamassa colante industrial para assentamento de placas ceramicas, tipo AC - III, sacos de 20 kg	sac	100	33,02	3.302,00

LOTE 9					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
21	Assento para bacia sanitária de adulto, almofado	Und	40	52,38	2.095,20
22	Bacia sanitária convencional para adulto, (para válvula de descarga) para pcd, sem furo frontal, altura entre 43 e 45 cm, louça branca	Und	10	380,00	3.800,00
23	Bacia sanitária para adulto com caixa acoplada - bacia/vaso sanitaria para adulto com caixa acoplada, para pcd/pne, sem furo frontal, altura entre 43 e 45 cm, louça branca	Und	6	800,00	4.800,00
24	Bacia sanitária para adulto convencional (para válvula de descarga), louça branca.	Und	10	272,50	2.725,00
25	Bacia sanitária para adulto, com caixa acoplada, louça branca	Und	10	575,00	5.750,00
26	Tampa de vaso sanitário oval tamanho universal	und	40	95,00	3.800,00

LOTE 10					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
27	Barra de apoio com acabamento em aço inox 40 cm	Und	25	85,00	2.125,00
28	Barra de apoio com acabamento em aço inox 70 cm	Und	25	107,50	2.687,50
29	Barra de apoio com acabamento em aço inox 80 cm	Und	25	125,00	3.125,00

LOTE 11					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
30	Bóia Vazão 1”	Und	20	117,50	2.350,00

31	Bóia Vazão 1/2”	Und	20	46,80	936,00
32	Bóia 25mm	Und	20	24,90	498,00

LOTE 12					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
33	Bloco de concreto, estrutural, dimensões 14x19x39 cm	Und	3500	5,03	17.605,00
34	Caneleta de concreto, dimensões 14x19x39 cm	Und	1000	5,25	5.250,00

LOTE 13					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
35	Braçadeira de nylon 280 x 3,6 mm, pacote com 100 unidades	PCT	40	24,75	990,00

LOTE 14					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
36	Brita nº 1, posta no pátio da prefeitura	m³	250	148,50	37.125,00
37	Brita nº 2, posta no pátio da prefeitura	m³	250	144,00	36.000,00

LOTE 15					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
38	Broca para concreto 6mm	Und	20	7,85	157,00
39	Broca para concreto 8mm	Und	30	11,41	342,30

LOTE 16					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
40	Bucha de redução esgoto 150x100	Und	30	26,50	795,00
41	Bucha de redução esgoto 200x150	Und	10	54,00	540,00
42	Bucha de redução esgoto 50x40	Und	20	4,00	80,00

LOTE 17					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
43	Bucha nº 06 para alvenaria / concreto	Und	2000	0,13	260,00
44	Bucha nº 08 para alvenaria / concreto	Und	2000	0,16	320,00
45	Bucha nº 10 para alvenaria / concreto	Und	2000	0,23	460,00

LOTE 18					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
46	Bucha redução soldável curta 25x20mm	Und	50	1,50	75,00
47	Bucha redução soldável curta 32x25mm	Und	50	2,30	115,00
48	Bucha redução soldável curta 50x40mm	Und	50	7,65	382,50
49	Cap. soldável 20mm	Und	50	2,35	117,50
50	Cap. soldável 25 mm	Und	80	2,75	220,00
51	Cap. soldável 32mm	Und	50	4,15	207,50

52	Cap. soldável 40mm	Und	50	5,80	290,00
53	Cap. soldável 50mm	Und	50	10,65	532,50
54	Curva 90° soldável 25mm	Und	100	3,05	305,00
55	Curva 90º soldável 32mm	Und	100	6,25	625,00
56	Curva 90º soldável 40mm	Und	50	12,00	600,00
57	Curva 90º soldável 50mm	Und	50	11,31	565,50
58	Curva, pvc, soldável, 90°, 20mm	Und	100	3,68	368,00
59	Curva, pvc, soldável, 90°, 25mm	Und	100	4,18	418,00
60	Curva, pvc, soldável, 90°, 50mm	Und	100	15,48	1.548,00
61	Joelho 45º soldável 20mm	Und	100	1,42	142,00
62	Joelho 45º soldável 25mm	Und	100	1,80	180,00
63	Joelho 45º soldável 32mm	Und	100	5,72	572,00
64	Joelho 45º soldável 40mm	Und	100	7,94	794,00
65	Joelho 45º soldável 50mm	Und	100	8,99	899,00
66	Joelho 90º soldável 20mm	Und	100	0,90	90,00
67	Joelho 90º soldável 25mm	Und	100	1,59	159,00
68	Joelho 90º soldável 32mm	Und	100	4,65	465,00
69	Joelho 90º soldável 40mm	Und	100	5,90	590,00
70	Joelho 90º soldável 50mm	Und	100	6,97	697,00
71	Luva de correr soldável 25mm	Und	50	19,25	962,50
72	Luva soldável com rosca 25x1/2"	und	50	4,50	225,00
73	Luva, pvc, soldável, 110mm	Und	10	87,00	870,00
74	Luva, pvc, soldável, 20mm	Und	50	1,06	53,00
75	Luva, pvc, soldável, 25mm	Und	50	1,22	61,00
76	Luva, pvc, soldável, 40mm	Und	50	5,45	272,50
77	Luva, pvc, soldável, 50mm	Und	50	6,01	300,50
78	Luva, pvc, soldável, mista, 20 x 1/2	Und	10	3,68	36,80
79	Luva, pvc, soldável, mista, 25 x 1/2	Und	40	6,42	256,80
80	Luva, pvc, soldável, mista, 25 x 3/4	Und	40	5,18	207,20
81	Registro esfera soldavel 20 mm	Und	30	11,95	358,50
82	Registro Esfera Soldável 25 mm	Und	30	13,11	393,30
83	Registro Esfera Soldável 32 mm	Und	30	24,28	728,40
84	Registro Esfera Soldável 50 mm	Und	30	33,23	996,90
85	Te, pvc, soldável, 20mm	Und	60	1,46	87,60
86	Te, pvc, soldável, 25mm	Und	60	1,44	86,40
87	Te, pvc, soldável, mista, 20 x 1/2	Und	30	9,10	273,00
88	Te, pvc, soldável, mista, 25 x 1/2	Und	30	9,37	281,10
89	Te, pvc, soldável, mista, 25 x 3/4	Und	30	10,30	309,00
90	tubo de pvc soldável, dn 20, para agua fria, comprimento 6 mts	Und	50	14,11	705,50
91	tubo de pvc soldável, dn 25, para agua fria, comprimento 6 mts	Und	50	18,47	923,50
92	tubo de pvc soldável, dn 32, para agua fria, comprimento 6 mts	Und	50	34,95	1.747,50
93	tubo de pvc soldável, dn 40, para agua fria, comprimento 6 mts	Und	50	48,44	2.422,00
94	tubo de pvc soldável, dn 50, para agua fria, comprimento 6 mts	Und	50	55,82	2.791,00

LOTE 19

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
95	Cadeado lt e 20mm	Und	15	13,42	201,30
96	Cadeado lt e 25mm	Und	15	16,14	242,10
97	Cadeado lt e 30mm	Und	20	18,57	371,40
98	Cadeado lt e 40mm	Und	20	29,77	595,40
99	Cadeado lt e 50mm	Und	20	36,23	724,60

LOTE 20

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
100	Caixa de descarga de parede 9 litros.	Und	30	43,75	1.312,50

LOTE 21

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
101	Caixa-d'água fabricada em polietileno, produzida com matéria-prima atóxica, com capacidade para 2.000 litros, acompanhada de tampa, resistente às intempéries, própria para armazenamento de água potável.	Und	3	1.455,00	4.365,00
102	Caixa-d'água fabricada em polietileno, produzida com matéria-prima atóxica, com capacidade para 5.000 litros, acompanhada de tampa, resistente às intempéries, própria para armazenamento de água potável.	Und	3	3.256,00	9.768,00
103	Caixa-d'água fabricada em polietileno, produzida com matéria-prima atóxica, com capacidade para 10.000 litros, acompanhada de tampa, resistente às intempéries, própria para armazenamento de água potável.	und	3	5.891,00	17.673,00

LOTE 22

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
104	Cimento cpii - e c 32 saco de 50 kg. embalagem: o produto deve ser entregue pelofornecedor em sacos de papel kraft contendo 50 kg líquidos de cimento e devem estaríntegros na ocasião da inspeção e recebimento. os sacos de cimento entregue devem ter impressos de forma visível, em cada extremidade a sigla e a classe correspondente (cpiie-32), a denominação normalizada, nome e marca do fabricante conforme norma nbr 11578, bem como a marca de conformidade do órgão certificador na lateral dos sacos. o cimento portland composto que não apresentar a marca de conformidade, deveráapresentar laudos dos ensaios exigidos nas normas nbr-11578 dentro dos prazosestipulados nas mesmas. na embalagem do cimento, deverá constar a data de fabricação. prazo de validade: o produto deverá manter as condições de uso	sc	250	44,69	11.172,50

	inalteradas pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega. o prazo máximo decorrido entre a fabricação do produto e sua entrega é de 30 (trinta) dias. deverá estar em acordo com as normas técnicas da abnt/nbr 11578/1997 confirmada em 18.07.2014				
105	Cal para pintura sacos de 8kg	Und	100	15,94	1.594,00

LOTE 23					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
106	Canto de forro pvc branco externo	Und	100	6,14	614,00
107	Canto de forro pvc branco interno	Und	100	6,31	631,00
108	Emenda de rodaforro meia cana de pvc branco	Und	100	8,45	845,00
109	Forro de pvc branco 10cm x 8mm x 5m	Und	200	33,45	6.690,00
110	Rodaforro meia cana pvc branco - barra 6m	Und	60	73,50	4.410,00

LOTE 24					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
111	Cap. para esgoto em PVC 40 mm	Und	50	3,10	155,00
112	Curva de esgoto curta 90°X 150mm	und	20	110,00	2.200,00
113	Curva de esgoto curta 90°X 100mm	Und	50	20,89	1.044,50
114	Curva de esgoto curta 90°X 40mm	Und	60	5,25	315,00
115	Curva de esgoto curta 90°X 50mm	Und	60	14,00	840,00
116	Curva esgoto longa 90° X 150mm	und	20	110,00	2.200,00
117	Curva esgoto longa 90° X 100mm	Und	50	77,00	3.850,00
118	Curva esgoto longa 90° X 40mm	Und	50	7,00	350,00
119	Curva esgoto longa 90°X 50mm	Und	50	11,25	562,50
120	Curva esgoto longa 90° X 75mm	Und	50	23,00	1.150,00
121	Curva esgoto curta 45°X 150mm	und	30	110,00	3.300,00
122	Curva esgoto curta 45°X 100mm	Und	30	72,00	2.160,00
123	Curva esgoto curta 45°X 40mm	Und	60	12,00	720,00
124	Curva esgoto curta 45°X 50mm	Und	60	14,29	857,40
125	Joelho esgoto 45° 100mm	Und	50	6,71	335,50
126	Joelho esgoto 45° 150mm	Und	30	45,45	1.363,50
127	Joelho esgoto 45° 40mm	Und	50	2,70	135,00
128	Joelho esgoto 45° 50mm	Und	50	3,04	152,00
129	Joelho esgoto 45° 75mm	Und	50	7,69	384,50
130	Joelho esgoto 90° 100mm	Und	50	7,67	383,50
131	Joelho esgoto 90° 150mm	Und	30	48,33	1.449,90
132	Joelho esgoto 90° 40mm	Und	60	2,33	139,80
133	Joelho esgoto 90° 50mm	Und	60	3,47	208,20
134	Joelho esgoto 90° 75mm	Und	60	6,33	379,80
135	Joelho pvc, misto, 90°, 20 x 1/2	Und	40	6,42	256,80
136	Joelho pvc, misto, 90°, 25 x 1/2	Und	40	6,28	251,20
137	Joelho pvc, misto, 90°, 25 x 3/4	Und	40	8,15	326,00
138	Junção esgoto 100mm	Und	25	24,60	615,00
139	Junção esgoto 150mm	Und	10	113,90	1.139,00
140	Junção esgoto 40mm	Und	50	6,75	337,50
141	Junção esgoto 50mm	Und	50	9,58	479,00

142	Junção esgoto 75mm	Und	40	19,17	766,80
143	Luva de esgoto 100mm	Und	50	6,75	337,50
144	Luva esgoto 40mm	Und	50	2,08	104,00
145	Luva esgoto 50mm	Und	50	2,63	131,50
146	Luva esgoto 75mm	Und	50	5,27	263,50
147	Te redução esgoto 100x50mm	Und	20	15,15	303,00
148	tubo de pvc esgoto, comprimento de 6m, dn 150mm	Und	40	144,77	5.790,80
149	tubo de pvc esgoto, comprimento de 6m, dn 100mm	Und	40	59,68	2.387,20
150	tubo de pvc esgoto, comprimento de 6m, dn 40 mm	Und	40	25,52	1.020,80
151	tubo de pvc esgoto, comprimento de 6m, dn 50 mm	Und	40	40,85	1.634,00
152	tubo de pvc esgoto, comprimento de 6m, dn 75 mm	Und	40	62,30	2.492,00
153	tê esgoto 100mm	Und	10	15,32	153,20
154	tê esgoto 150mm	Und	10	43,67	436,70
155	tê esgoto 40mm	Und	10	3,44	34,40
156	tê esgoto 50mm	Und	10	7,44	74,40
157	tê esgoto 75mm	Und	10	12,51	125,10

LOTE 25

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
158	Cola adesivo Poliuretano Pu Tubo com no minímo 360g	Und	30	32,22	966,60
159	Espuma expansiva de poliuretano (PU), para pistola aplicadora, mínimo 500 ml.	Und	50	22,13	1.106,50
160	Fita dupla face em espuma, 19 mm x 2 m.	Und	50	7,35	367,50
161	Silicone Cola Vedação Uso Geral, minimo 280ml	Und	50	17,63	881,50

LOTE 26

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
162	Conjunto tanque séptico e biofiltro em polietileno 1100 lt	Und	10	3.838,00	38.380,00

LOTE 27

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
163	Cunha para espaçador nivelador	Und	2500	1,26	3.150,00
164	Espaçador nivelador 2mm	Und	2500	0,27	675,00

LOTE 28

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
165	Dispenser de papel toalha interfolhas em plástico abs branco, simples instalação, para ambientes de alto fluxo de pessoas, como banheiros publicos,	Und	40	56,17	2.246,80

	capacidade 500 folhas, papel interfolhas de 2 e 3 dobras.				

LOTE 29					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
166	Emenda mangueira 1/2	Und	20	1,83	36,60
167	Emenda mangueira 3/4	Und	25	2,15	53,75
168	Engate rápido para mangueira 1/2"	Und	50	6,75	337,50
169	Engate rápido para mangueira 3/4"	Und	50	25,00	1.250,00
170	Engate rápido com stop 3/4"	Und	50	9,00	450,00
171	Engate rápido com stop 1/2"	Und	50	12,00	600,00
172	Esguicho roscável para mangueira	Und	50	12,75	637,50
173	Mangueira flexível para jardim, confeccionada em PVC, reforçada com trama de poliéster, resistente à pressão, diâmetro interno de 1/2".	Mt	500	5,35	2.675,00
174	Torneira de jardim	Und	100	5,46	546,00

LOTE 30					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
175	Esteio de concreto medindo 4,20 metros de altura de 15x15	Und	12	397,50	4.770,00
176	Esteio de concreto medindo 6 metros de 15x15	Und	12	567,00	6.804,00
177	Esteio de concreto medindo 6 metros de altura de 12x12	Und	12	426,00	5.112,00

LOTE 31					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
178	Fechadura para porta externa – máquina 55 mm.	Und	20	61,63	1.232,60
179	Fechadura para porta interna – máquina 55 mm.	Und	20	63,85	1.277,00
180	Fechadura para banheiro – máquina 55 mm.	Und	20	61,67	1.233,40

LOTE 32					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
181	Ferro para construção 1/4, 6,3mm com superficie nervurada, barra de 12 mts, conforme norma nbr	Und	50	24,18	1.209,00
182	Ferro 10 mm - ferro para construção 3/8 10mm com superficie nervurada, barra de 12 mts, conforme norma nbr	Und	50	60,23	3.011,50
183	Ferro para construção, 12mm com superficie nervurada, barra de 12 mts, conforme norma nbr	Und	50	93,20	4.660,00
184	Ferro construção, 8 mm com superficie nervurada, barra de 12 mts, conforme norma nbr	Und	50	45,45	2.272,50
185	Malha de aço 2x3m (3,4x20x20)	und	80	52,50	4.200,00
186	treliça de ferro 8l 6.0 x 4.2 x 4.2 barra de 12mts, conforme norma nbr	Und	30	87,47	2.624,10

LOTE 33					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
187	Fundo preparador a óleo lata 3,6 lt	lata	20	104,50	2.090,00
188	Fundo preparador parede 18 lt	galão	10	240,00	2.400,00
189	Fundo preparador parede 3,6l	lata	10	82,00	820,00

LOTE 34					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
190	Kit regulador registro de gás + mangueira 1,25 mte abraçadeiras	Und	10	64,07	640,70

LOTE 35					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
191	kit de porta de madeira, para pintura, semi oca (leve ou media), padrão de 80x210cm, espessura de 3,5cm, com dobradiças, batente, alizares, fechedaura com execução de furo.	Und	10	413,16	4.131,60
192	kit de porta de madeira, para pintura, semi oca (leve ou media), padrão de 90x210cm, espessura de 3,5cm, com dobradiças, batente, alizares, fechedaura com execução de furo.	Und	10	437,50	4.375,00

LOTE 36					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
193	Lavatorio com coluna, convencional, para adultos, em louça, na cor branca	Und	10	270,18	2701,80
194	Lavatório banheiro sem coluna para deficientes físicos pne - 455x360 branco	Und	10	300,00	3.000,00
LOTE 37					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
195	Lixa papel amarela rolo 45m	Und	2	225,00	450,00

LOTE 38					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
196	Lona Preta Forte 6m x 100m	Und	2	987,00	1.974,00
197	Lona Preta Forte 8m x 100m	Und	2	1.320,00	2.640,00

LOTE 39					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
198	Madeira pinus em bruto seca para caibro (0.05mx0,10mx1m)	Mt	100	9,00	900,00
199	Madeira pinus em bruto seca para caibro (0.05mx0.05mx1m)	Mt	100	6,50	650,00

200	Madeira pinus em bruto seca para caibro (0.05mx0.07mx1m); madeira seca	Mt	100	8,20	820,00
201	Madeira pinus em bruto seca para caibro (0.05mx0.15mx1m); madeira seca	Mt	100	13,50	1.350,00
202	Tabua de 20cm 1,5” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	33,40	3.340,00
203	Tabua de 20cm 1” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	21,25	2.125,00
204	Tabua de 20cm 2” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	41,50	4.150,00
205	Tabua de 25cm 1,5” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	41,50	4.150,00
206	Tabua de 25cm 1” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	26,30	2.630,00
207	Tabua de 25cm 2” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	51,62	5.162,00
208	Tabua de 30cm 1,5” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	49,60	4.960,00
209	Tabua de 30cm 1” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	31,37	3.137,00
210	Tabua de 30cm 2” de largura por 3 metros de eucalipto	Und	100	31,75	3.175,00
211	Tabua de madeira de pinus 2,5cm espessura x 30cm de largura plainada	Und	100	37,00	3.700,00
212	Tabua de madeira de pinus 20cm largura x 2,5cm espessura 3 metro	Und	100	25,00	2.500,00

LOTE 40

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
213	Massa acrílica lata 18 lt	balde	10	250,00	2.500,00
214	Massa acrílica lata 3,6 lt	lata	10	67,50	675,00
215	Massa corrida balde minimo 25kg	Und	10	69,96	699,60
216	Multimassa Tapa Tudo: massa para correções e imperfeições 340g	Und	60	47,87	2.872,20

LOTE 41

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
217	Parafuso cabeça chata philips para madeira, 3,5x40mm	Und	6000	0,24	1.440,00
218	Parafuso cabeça chata philips para madeira, 5x40mm	Und	6000	0,32	1.920,00
219	Parafuso nº 06 para alvenaria / concreto	Und	2000	0,25	500,00
220	Parafuso nº 07 para alvenaria / concreto	Und	2000	0,47	940,00
221	Parafuso nº 08 para alvenaria /concreto	Und	2000	0,96	1.920,00
222	Parafuso nº 10 para alvenaria /concreto	Und	2000	1,10	2.200,00
223	Parafuso para forro de pvc ponta agulha 4,2x13mm	Und	4000	0,08	320,00

LOTE 42					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
224	Pedrisco - o material deverá estar livre de impurezas, tais como pedras, tocos, folhas, matéria orgânica, graxa, óleo e quaisquer outros tipos de impurezas que comprometam a qualidade do material entregue, e, estar de acordo com as normas técnicas da abnt em vigor.	m³	70	156,33	10.943,10

LOTE 43					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
225	Pilaretes de concreto, para cerca, com esticador curvo, medindo 2,5mts + 50 cm curvo total 3mts x 8x10 cm.	Und	70	81,00	5.670,00
226	Pilaretes de concreto, para cerca, reto, medindo 3mts x 12x12	Und	70	213,00	14.910,00

LOTE 44					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
227	Pincel de 1 polegada	Und	30	4,20	126,00
228	Pincel de 2 polegadas	Und	30	6,60	198,00
229	Pincel de 3 polegadas	Und	30	11,66	349,80
230	Rolo de lã com cabo de 10cm	Und	25	13,63	340,75
231	Rolo de lã com cabo de 25cm	Und	25	39,00	975,00
232	Rolo de lã com cabo de 5cm	Und	25	11,00	275,00

LOTE 45					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
233	Porta 0,80 x210 mista de alumínio	Und	5	856,00	4.280,00
234	Porta 0,90 x210 mista de alumínio	Und	5	900,00	4.500,00

LOTE 46					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
235	Prego 17x27 com cabeça 1kg	pct	20	14,64	292,80
236	Prego 18x30 com cabeça 1kg	pct	20	14,09	281,80
237	Prego 19x39 com cabeça 1kg	pct	20	14,24	284,80
238	Prego 20x48 com cabeça 1 kg	pct	20	18,75	375,00

LOTE 47					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
239	Rejunte cimentício colorido 1kg	Und	50	7,99	399,50
240	Revestimento cerâmico para paredes tamanho 32x45cm acabamento brilhante Retificada pei 3 tonalidade branca	m²	150	41,50	6.225,00

241	Revestimento cerâmico para piso tamanho mínimo 40x40cm acabamento acetinado retificada pei 4 tonalidade bege ou cinza médio	m²	150	43,00	6.450,00
242	Revestimento cerâmico para piso tamanho mínimo 40x40cm antiderrapante retificada pei 5 tonalidade bege ou cinza médio	m²	150	46,50	6.975,00

LOTE 48

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
243	Selador acrilico 18 litros	galão	5	97,21	486,05
244	Selador acrílico lata 3,6 litros	lata	5	31,71	158,55

LOTE 49

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
245	Sifão sanfonado universal 150 cm	Und	25	13,84	346,00
246	Sifão sanfonado universal 60 cm	Und	25	7,62	190,50
247	Sifão sanfonado universal 70 cm	Und	25	8,95	223,75

LOTE 50

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
248	Solvente 900ml	Und	80	17,76	1.420,80
249	Solvente 5 litros	galão	50	86,07	4.303,50

LOTE 51

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
250	Telha cumeeira de fibrocimento ondulada normal, espessura de 6mm e inclinação de a ser definida na aquisição 1,10 metros de comprimento	Und	300	59,32	17.796,00
251	Telha de fibrocimento 1.10 x 3.05 metros 6mm cinza - telha ondulada de fibrocimento 6mm cinza, cimento reforçado com fios sintéticos, largura 1.10 metros, comprimento 3.05 metros.	Und	400	100,00	40.000,00
252	Telha de fibrocimento 4mm - telha de fibrocimento ondulada cinza, espessura de 4mm, largura de 50cm e comprimento de 2,44 mts.	Und	400	21,45	8.580,00
253	Telha de fibrocimento 6mm comp. 2,44 mts - telha de fibrocimento ondulada cinza, espessura de 6mm, largura de 1,10m e comprimento de 2,44 mts	Und	400	72,56	29.024,00

LOTE 52

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
254	Tijolos 6 furos 9 x 14 x 24 cm /, destinado a obras de alvenaria (tijolo comum), cozido à temperatura que permita ao produto final atender às condições determinadas em norma. aprovados em conformidade com as normas técnicas	Und	10.000	1,15	11.500,00

255	Tijolos 9 furos 11,5 x 14 x 24 cm / destinado a obras de alvenaria (tijolo comum), cozido à temperatura que permita ao produto final atender às condições determinadas em norma. aprovados em conformidade com as normas técnicas	Und	1000	2,02	2.020,00

LOTE 53

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
256	Tinta acrílica para piso paver cinza lata 18 litros	Und	36	202,69	7.296,84
257	Tinta acrílica para piso paver vermelho lata 18 litros	Und	12	229,55	2.754,60
258	Tinta acrílica semi brilho, linha premium ou standart, lata com 18 lt, de boa cobertura, secagem rápida, baixo odor e baixo respingamento. cores diversas	Galao	40	239,21	9.568,40
259	Tinta acrílica semi brilho, linha premium ou standart, lata com 3,6 lt, de boa cobertura, secagem rápida, baixo odor e baixo respingamento. cores diversas	lata	30	89,61	2.688,30
260	Tinta aerossol spray fosco- 350ml/250gr-várias cores	UND	100	21,02	2.102,00
261	Tinta epóxi, cor cinza brilhante, lata 18 litros	Lata	30	300,00	9.000,00
262	Tinta esmalte brilhante branco 3,6 litros linha premium	Lata	30	96,76	2.902,80
263	Tinta esmalte sintético lata 0,9 lts	Lata	30	50,00	1.500,00
264	Tinta óleo brilhante lata 3,6 lt	Lata	30	93,33	2.799,90
265	Verniz s.b. 3,6 litros linha premium	Und	30	115,24	3.457,20

LOTE 54

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
266	Tinta para sinalização horizontal viária, à base de solvente, conforme ABNT NBR 11862, galão 18 litros branca	Galão	100	279,34	27.934,00
267	Tinta para sinalização horizontal viária, à base de solvente, conforme ABNT NBR 11862, galão 18 litros amarela	Galão	60	279,35	16.761,00

LOTE 55

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
268	Torneira eletrônica prima 5500w 220v	Und	10	360,00	3.600,00
269	Torneira Pratica Touch Eletrônica 5500w 220v	Und	10	240,62	2.406,20
270	Torneira para lavatório de banheiro em aço inox, de bancada, 1/2".	Und	10	75,75	757,50
271	Torneira para lavatório de banheiro em aço inox, de parede, 1/2".	Und	10	125,00	1.250,00
272	Torneira giratória plástica 1/2" de parede.	Und	10	60,00	600,00
273	Torneira giratória plástica 1/2" de bancada.	Und	10	44,63	446,30

LOTE 56					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
274	tubo pvc corrugado flexível para dreno 100mm rolo com 50m	Und	5	562,50	2.812,50

LOTE 57					
Item	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
275	Vassoura Plástica Para Grama Com Cabo-Reforçada	Und	10	30,75	307,50

4.2 No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4.3 Os valores de referência constantes deste Termo de Referência foram apurados por meio de pesquisa de preços realizada nos termos da legislação aplicável, conforme mapa comparativo, parâmetros adotados e memória de cálculo constantes dos autos do processo administrativo.

4.4 A formação dos preços estimados baseou-se nas melhores informações disponíveis, observando os princípios da razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

4.5 A documentação contendo as pesquisas realizadas encontra-se devidamente juntada aos autos do processo licitatório, para fins de controle, transparência e fiscalização, em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6 Os quantitativos previstos são estimados para o período de 12 (doze) meses e não implicam obrigatoriedade de contratação pela Administração, tratando-se de mera estimativa de consumo.

4.7 O Município de Marema reserva-se o direito de adquirir os itens licitados de forma parcial ou integral, conforme sua necessidade, conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária, podendo, inclusive, deixar de adquirir determinados itens, sem que disso decorra qualquer direito à indenização, compensação ou reclamação por parte da contratada.

5. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1 A **DETENTORA** obriga-se a fornecer o objeto desta licitação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório.

5.2 Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, no Município de Marema/SC, em local a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento – AF, sem cobrança de frete ou quaisquer custos adicionais, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da AF. ***Nos casos de comprovada urgência, devidamente justificada pela Administração, os materiais deverão ser entregues de forma imediata.***

5.2.1 Justifica-se a exigência do prazo de entrega em razão de que grande parte dos materiais objeto desta contratação destina-se ao atendimento de demandas de manutenção corretiva e emergencial, as quais não podem ser previamente programadas. Além disso, o Município não dispõe de estoque suficiente para atender todas as ocorrências, tornando indispensável o fornecimento em prazo reduzido.

5.3 Constatada qualquer irregularidade, defeito, avaria ou desconformidade nos materiais fornecidos, a contratada deverá promover sua substituição integral, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados da notificação

5.4 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante conferência dos materiais entregues, verificando a quantidade, especificações, integridade e conformidade com a Autorização de Fornecimento e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.6 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos conforme estabelecido no item 5.2 deste termo**,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1 São obrigações da Contratante:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados de acordo com a necessidade e especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

6.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal de serviço;

7.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

7.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

7.1.5 Comunicar à Contratante, imediatamente após o recebimento da autorização de fornecimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.7 Indicar preposto responsável pelo acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços, sempre que solicitado pela Administração.

7.1.8 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7.1.9 Entregar somente materiais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, observando as especificações constantes do Termo de Referência.

7.1.10 Garantir que os materiais fornecidos atendam às normas técnicas aplicáveis, possuam certificação do INMETRO quando exigida pela legislação e observem os padrões mínimos de qualidade estabelecidos no Edital.

7.1.11 Arcar com todas as despesas decorrentes do transporte, carga, descarga, embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre o fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.1.12 Substituir, sem ônus para a Administração, os materiais recusados em razão de defeitos, avarias, divergências de especificação ou qualquer desconformidade constatada no recebimento.

8 DA SUBCONTRATAÇÃO.

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

11 DO REAJUSTE.

11.1 Os preços registrados poderão ser reajustados, na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, nos termos do art. 25, § 7º, e do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. **Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.**

11.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Marema/SC, 28 de julho de 2026

Josias Marostica
Secretário municipal de Infraestrutura

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2028 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	**CIDADE:**
CEP:	**E-MAIL:**
TELEFONE:	**FAX:**
CONTATO DA LICITANTE:	**TELEFONE:**
BANCO DA LICITANTE:	**CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:**
Nº DA AGÊNCIA:	

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

A empresa: ..... declara que:

1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas reativas a prestação de serviço, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte, deslocamento, operador e manutenção com o equipamento.

2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (Anexo I) do edital desse processo.

Local e data

_____

Carimbo da empresa/assinatura do responsável

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026

À
MUNICÍPIO DE MAREMA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº. . . . . , sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____ , ___ de _____ de 2026.

_____
(nome e identidade do representante legal)

ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

A empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF n. _____, participante do **Pregão Presencial n° 21/2026,** DECLARA, sob as penas da Lei:

1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no Edital e seus anexos, que estou ciente de todos os requisitos de habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;
2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
3. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
4. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.
5. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
6. Declaro que, conforme disposto no artigo 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
7. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
8. Declaro que não possuo sanção vigente de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de Marema (art. 156, III, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).
9. Declaro que não possuo sanção vigente de declaração de inidoneidade no âmbito de quaisquer entes federativos (art. 156, IV, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

_____ em, ___ de _____ de 2026.

(assinatura do responsável e CPF)

ANEXO V – CARTA DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026

À
MUNICÍPIO DE MAREMA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n. _____ e do CPF n. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Marema, SC, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 2026.

_____
(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, ETC.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **declara**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:
( ) MICROEMPRESA – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.
( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

Observações:
- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

....., ... de ..... de 2026.

Nome e assinatura do representante legal

Nome e assinatura do contador
CPF: xxx.xxx.xxx-xx
CRC nº xxxxxx

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, por meio de seu representante legal, declara que tomou conhecimento e atende a todas as condições, exigências e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Declara, ainda, que possui condições para fornecer os materiais objeto da licitação e compromete-se a realizar a entrega no prazo estabelecido no item 5.2 do Termo de Referência, observando as quantidades, características e demais condições exigidas pela Administração.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], ____ de _____ de _____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]
[CARGO]
[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]
CNPJ nº **[CNPJ]**

ANEXO VIII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ___/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 88/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2026 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

Aos ___ dias do mês de ____ de 2026, o MUNICÍPIO DE MAREMA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua José Gaspari, nº 69, Centro na cidade de Marema/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 78.509.072/0001-56, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, Sr. **MAURI DAL BELLO**, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado de DETENTORA DA ATA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., inscrito no CPF nº ....., tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 88/2026**, **Edital de Pregão Presencial nº 21/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 186/2025, que regulamenta o Registro de Preço, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preço, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto deste termo é o registro de preços para **futura e eventual aquisição de materiais de construção, tintas e ferragem para manutenção e conservação de prédios e espaços públicos do Município de Marema,** conforme condições**,** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descritivo do Objeto	Unid	Qtde. Registrada	Valor Unitário Registrado	Valor Total estimado

2.2 A presente Ata tem valor total estimado de R$ _____.

2.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA.

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 186/2025.

3.2 Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas em sua integralidade, independentemente do quantitativo efetivamente utilizado durante a vigência anterior, vedada a cumulação das quantidades originalmente registradas com aquelas decorrentes da prorrogação, em conformidade com o Prejulgado nº 2526 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 A **DETENTORA** obriga-se a fornecer o objeto desta licitação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no instrumento convocatório.

4.2 Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, no Município de Marema/SC, em local a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento – AF, sem cobrança de frete ou quaisquer custos adicionais, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento da AF**.** ***Nos casos de comprovada urgência, devidamente justificada pela Administração*****,** ***os materiais deverão ser entregues de forma imediata.***

4.2.1 Justifica-se a exigência do prazo de entrega em razão de que grande parte dos materiais objeto desta contratação destina-se ao atendimento de demandas de manutenção corretiva e emergencial, as quais não podem ser previamente programadas. Além disso, o Município não dispõe de estoque suficiente para atender todas as ocorrências, tornando indispensável o fornecimento em prazo reduzido.

4.3 Constatada qualquer irregularidade, defeito, avaria ou desconformidade nos materiais fornecidos, a contratada deverá promover sua substituição integral, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados da notificação

4.4 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante conferência dos materiais entregues, verificando a quantidade, especificações, integridade e conformidade com a Autorização de Fornecimento e demais condições estabelecidas no instrumento convocatório

4.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.6 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **5 (cinco) dias,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.7 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 São obrigações do Órgão Gerenciador/Contratante:

5.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados de acordo com a necessidade e especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2 **São Obrigações da Detentora da Ata/Contratada:**

5.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal de serviço;

5.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

5.2.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

5.2.6 Comunicar à Contratante, imediatamente após o recebimento da autorização de fornecimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

5.2.9 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.2.10 Entregar somente materiais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, observando as especificações constantes do Termo de Referência.

5.2.11 Garantir que os materiais fornecidos atendam às normas técnicas aplicáveis, possuam certificação do INMETRO quando exigida pela legislação e observem os padrões mínimos de qualidade estabelecidos no Edital.

5.2.12 Arcar com todas as despesas decorrentes do transporte, carga, descarga, embalagem, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre o fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.2.13 Substituir, sem ônus para a Administração, os materiais recusados em razão de defeitos, avarias, divergências de especificação ou qualquer desconformidade constatada no recebimento.

5.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

6.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

6.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

6.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6 A nota fiscal deverá estar acompanhada dos documentos que comprovem a sua regularidade fiscal.

6.6.1 O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais e desde que não haja pendências relativas às obrigações da contratada.

6.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.8 Os pagamentos realizados serão efetuados em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, devendo a **DETENTORA/CONTRATADA** observar as seguintes condições:

a) Os documentos fiscais, notas fiscais, faturas ou recibos deverão ser emitidos com observância às regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

b) A **DETENTORA/CONTRATADA** deverá indicar no campo "observação" do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal;

PARAGRAFO ÚNICO – Na ausência de informações sobre a condição de imunidade, isenção e/ou dispensa de que trata o "item b" o pagamento será processado observando-se as regras de retenção dispostos na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de janeiro de 2012.

6.9 A Municipal de Marema **terá o prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da apresentação do documento fiscal para **aceitá-lo ou rejeitá-lo**.

6.10 O documento fiscal não aprovado pelo Município de Marema será devolvido à **DETENTORA/CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se **o prazo estabelecido no item 6.9**, a partir da data de sua reapresentação.

6.11 Devolução do documento fiscal não aprovado pela Prefeitura Municipal de Marema em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda os fornecimentos.

6.12 Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão **de 0,5% (meio por cento)** ao mês, calculados proporcional ao tempo em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 Após a homologação o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preço, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

7.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1(uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.3 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preço no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Registro de Preço nas condições propostas pelo licitante vencedor.

7.4 O Os preços registrados correspondem aos valores unitários constantes da proposta vencedora, permanecendo válidos durante a vigência da Ata, ressalvadas as hipóteses legais de revisão ou reajuste.

7.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preço, no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

7.6 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento do registro de preços da **DETENTORA DA ATA**, nos termos da Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

7.6.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.6.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

7.6.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7.7 O descumprimento, por parte da **DETENTORA DA ATA**, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a esta Administração direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

7.8 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a **DETENTORA DA ATA** à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da **DETENTORA DA ATA**, independentemente de outras penalidades.

7.9 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

7.10 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a **DETENTORA DA ATA** às sanções administrativas pertinentes.

7.11 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, esta Administração poderá aplicar à **DETENTORA DA ATA** outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

7.12 Também poderá ocorrer o cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata a saber:

7.12.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

7.12.2 a pedido do fornecedor.

7.7 A Ata de Registro de Preços observará as regras de reajuste e revisão previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste instrumento, quando cabíveis, especialmente na hipótese de prorrogação de sua vigência.

7.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, **mas não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.14 Poderão ser emitidos contratos administrativos decorrentes da ata de registro de preços terão sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 105 da Lei 14.133/2021.

7.15 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços – SRP poderão ser alterados, observados o disposto no art. 124 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE.

8.1 Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, nos termos do art. 25, § 7º, e do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

9.1 O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo.

9.2 O pedido de repactuação deverá estar devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Gestor da Ata ou documento equivalente, com identificação do instrumento a que se refere.

9.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada

repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme ocaso.

9.4 Na hipótese de a **DETENTORA DA ATA** solicitar alteração de preço(s), terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras ou documentos similares referentes à data da apresentação da proposta e à data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.

9.5 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, II, “d”, da Lei n. 14.133/2021.

9.6 Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não vier acompanhado de provas do desequilíbrio sofrido.

9.7 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital:

9.7.1 Os valores registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de **12 (doze) meses**, salvo nos casos previstos no artigo 124, Inciso II, alínea d;

9.7.2 Transcorrido o prazo de **12 (doze) meses**, caso a administração opte pela prorrogação da vigência da ata de registro de preços, o valor registrado poderá ser reajustado, com base no índice INPC.

9.7.3 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, salvo no caso de prorrogação.

9.8 O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 7(sete) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

10.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidades pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito para faltas leves;
b) Multa;
c) Impedimento de licitar e contratar;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2 **Das multas:**

11.2.1 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

11.2.2 Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

11.2.3 O atraso injustificado na entrega dos materiais, sem prejuízo do disposto no **item 11 deste edital**, sujeitará a contratada/detentora à multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

a) de 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias corridos;

b) superados os 15 (quinze) dias corridos, a partir do 16º a multa será de 1% (um por cento) ao dia, limitado a 30 (trinta) dias corridos e aplicada em acréscimo à do subitem "a)".

c) após 30 (trinta) dias corridos, fica caracterizada a inexecução total, aplicando-se o disposto no item 11.1.1.1. cumulativamente a este.

d) O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

Parágrafo único – A não ocorrência de substituição ou regularização dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no **subitem "a)"**, considerando-se a mora nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido deste item.

11.2.3.1 ***As multas referidas neste Edital não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.***

11.3 **Do impedimento de licitar e contratar:**

11.3.1 Ficará impedida de licitar e contratar, nos termos do artigo 156, III da Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar as seguintes infrações legais previstas no artigo 155:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) Dar causa a inexecução total do contrato;

c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

d) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

f) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) Apresentar declaração ou documentação falsa;

h) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.4 **Da Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar:**

11.4.1 Será considerado inidôneo para licitar e contratar, nos termos do artigo 156, IV da Lei 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis), a pessoa física ou jurídica que praticar as infrações legais previstas no artigo 155, incisos VIII ao XII do mesmo diploma legal:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa
durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.5 ***A sanção estabelecida no item 11.4. será precedida de análise jurídica, considerando reincidências de faltas, sua natureza e gravidade, e observará as regras previstas nos § 6º ao § 9º do Art. 156 da Lei 14.133/2021.***

11.6 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias, encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

12.1 A DETENTORA DA ATA terá seu registro cancelado quando:

12.1.1 Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

12.1.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.

12.2 O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

12.2.1 A DETENTORA DA ATA poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo Sr. XXXXXXXXX, designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2 fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA DA ATA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preços e das Autrizações de fornecimento, comunicando à DETENTORA DA ATA as irregularidades eventualmente constatadas e determinando as providências necessárias à sua regularização, encaminhando os apontamentos à autoridade competente quando as medidas adotadas ultrapassarem sua competência.

13.3 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo ORGÃO GERENCIADOR, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15.1 As PARTES reconhecem que a DETENTORA DA ATA realizará o tratamento de dados pessoais no contexto da prestação dos serviços contratados no contrato principal. Nestas atividades de tratamento, as PARTES reconhecem e acordam que o ORGÃO GERENCIADOR é a Controladora dos dados pessoais, enquanto a DETENTORA DA ATA é a Operadora dos dados pessoais.

15.2 A DETENTORA DA ATA tratará os dados pessoais exclusivamente em nome e sob as instruções lícitas do ORGÃO GERENCIADOR nos termos deste edital ou para cumprir com a legislação aplicável.

15.3 O ORGÃO GERENCIADOR garante que o tratamento dos dados pessoais pela DETENTORA DA ATA de acordo com as instruções do ORGÃO GERENCIADOR não fará com que a DETENTORA DA ATA viole qualquer lei ou regulamento, incluindo, mas se limitando, a LGPD.

15.4 A DETENTORA DA ATA irá cessar o tratamento dos dados pessoais e notificará imediatamente o ORGÃO GERENCIADOR por escrito, a menos que seja proibida de fazê-lo, se tomar conhecimento ou acreditar que qualquer instrução ou dado pessoal tratado viola a LGPD ou qualquer outra lei ou regulamento aplicável.

15.5 A DETENTORA DA ATA tratará os dados pessoais necessários para a entrega dos itens, nos termos deste edital.

15.6 A DETENTORA DA ATA tratará os dados pessoais em conformidade com este edital e para:

15.6.1 Entregar os itens contratados pelo ORGÃO GERENCIADOR no contrato principal, de acordo com as especificações e limitações ali previstas;

15.6.2 Atender a quaisquer outras instruções ou solicitações enviadas pelo ORGÃO GERENCIADOR que sejam consistentes com os termos do presente edital e da minuta contratual;

15.7 Cumprir qualquer lei ou regulamento aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO.

É eleito o Foro da Comarca de Xaxim, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ... de ..... de 2026.

_____
Responsável legal da CONTRATANTE

_____
Responsável legal da CONTRATADA

_____
Assessor Jurídico Municipal

_____
Testemunha 1ª

_____
Testemunha 2º